

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2020 PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 004/2020

1 - Preâmbulo

- 1.1 *O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO*, *Estado de* Mato Grosso do Sul, por intermédio da Pregoeira designada através do Decreto nº 034 de 22 de fevereiro de 2019, torna público aos interessados, que promoverá licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo *"Menor Preço"*, o que será processado e julgado em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 10.520, de 17 (dezessete) de junho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21.06.93 e suas posteriores alterações, Decreto Municipal nº 119/2009 e 052/14 e Lei complementar 123/2006 sob as seguintes condições.
- 1.2 Recebimento e abertura dos envelopes ocorrerão em sessão pública às **09h00 min do dia 28 de fevereiro de 2020.**
- 1.3 As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.
- 1.4 Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura de Santa Rita do Pardo, situada a Rua: Marechal Floriano Peixoto, nº 910, BLOCO A, nesta cidade de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.
- 1.5 A sessão de processamento do Pregão será realizada no endereço citado, iniciando-se no dia 28/02/2020, às 09h00 min e será conduzida pela Pregoeira Oficial com o auxílio da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 034 de 22 de fevereiro de 2019.

Objeto da Licitação

- 2.1 O presente Pregão tem por objeto a contratação de empresa para disponibilizar um profissional regente para banda marcial conforme projeto da Secretaria de Educação, em conformidades com o detalhamento contido no <u>Anexo I Proposta de Preços</u>, parte integrante da licitação em epígrafe.
- 2.2 As especificações constantes da Proposta de Preço, não poderão ser alteradas, podendo a proponente oferecer esclarecimento à Comissão Permanente de Licitação, por meio de carta, que anexará à proposta.

3 - Das Condições de Participação

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem os requisitos e condições de



credenciamento constantes deste Edital.

- 3.2 A participação do licitante no Pregão (Presencial) significará que tomou conhecimento de todas as informações que julgou necessárias, que examinou o conteúdo deste Edital e Proposta de Preço e os encontrou corretos, e que aceita, integral e irretratavelmente, os seus termos.
- 3.3 Não será permitido a participação de empresas que tenham sócios ou empregados que sejam funcionários da Prefeitura de Santa Rita do Pardo/MS.

4 - DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 Cada licitante credenciará apenas 01 (um) representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste edital, por sua representada.
- 4.2 Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação o proponente/representante deverá se apresentar para credenciamento junto a Pregoeira, devidamente munido de documentos que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou documento equivalente.
- 4.3 O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de Procuração, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes para formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.
- 4.4 Tratando-se de representante legal: Estatuto Social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos, e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- 4.5 Tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 4.6 Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos relacionados para credenciamento neste edital. A ausência desta documentação implicará, de imediato, na impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como na perda do direito de interpor recurso das decisões da Pregoeira, ficando a licitante impedida de se manifestar durante os trabalhos.
- 4.7 A Micro Empresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Por te (EPP) que pretenda sua inclusão no regime diferenciado concedido pela Lei Complementar nº. 123/06 deverá comprovar sua condição de ME ou EPP mediante apresentação de Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial da Unidade da federação (UF) da sede da



licitante (Artigo 8°. IN 103/2007 DNRC), ou documento equivalentes.

- 4.7.1 A Certidão supracitada deverá ser apresentada fora do envelope de documentação e proposta, a qual deverá ser entregue ao Presidente da Comissão de Licitação para que a empresa usufrua dos privilégios da Lei Complementar nº123/06.
- 4.7.2. Para que a empresa possa exercer o direito previsto no subitem 4.7 deverá se fazer presente no ato do julgamento das propostas.
- 4.7.3 Na hipótese de não constar prazo de validade na Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial da Unidade da federação (UF) da sede da licitante (Artigo 8°. IN 103/2007 DNRC), prevista no subitem 4.7 a administração aceitará como válidas as expedidas até <u>06(seis) meses dentro do ano de exercício</u> imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 4.8 A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº123, caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista no edital.
- 4.9 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa da Pregoeira.
- 5 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
- 5.1 Cada licitante deverá apresentar os seguintes documentos: Declaração, separada de qualquer dos envelopes relacionados nos anexos, declarando que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório de acordo com modelo estabelecido no **Anexo II** do Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes I e II.
- 5.2 No local, dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, os representantes credenciados das Proponentes deverão entregar, simultaneamente, a Pregoeira ou equipe de apoio, em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

5.3 - ENVELOPE I - PROPOSTA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO/MS. ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL NOME COMPLETO DO LICITANTE PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 004/2020 DATA DE ABERTURA 28/02/2020 - HORÁRIO: A PARTIR DAS 09h00 min (razão social e endereço da empresa se o envelope não for timbrado)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO/MS. ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL NOME COMPLETO DO LICITANTE PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 004/2020 DATA DE ABERTURA: 28/02/2020- HORÁRIO: A PARTIR DAS 09h00 min (razão social e endereço da empresa se a envelope não for timbrado)

- 5.5 A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.
- 5.6 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia a autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pela Pregoeira ou por membro da Equipe de Apoio.

6 - Envelope I - PROPOSTA

- 6.1 A proposta de Preço deverá ser preenchida em (01) uma via, sem emendas, rasuras ou sobrescritos, devendo ser assinada ao seu final e rubricadas as demais folhas, devendo constar:
- a) indicação da empresa: razão social, endereço completo, carimbo padronizado do CNPJ;
- b) data, assinatura e nome completo do representante legal da empresa;
- c) descrição do objeto da presente Licitação, devendo estar em conformidade com as especificações do **Anexo I Proposta de Preços**, parte integrante e complementar deste edital;
- d) preço unitário e total por item, em moeda corrente nacional, em algarismos, com duas casas decimais depois da vírgula, data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- e) caso seja proposto preço com mais de duas casas depois da vírgula, a mesma será desprezada;
- f) O prazo de validade da proposta: não poderá ser inferior a <u>60 (sessenta) dias</u> contados da abertura da proposta;
- 6.1.2 A Proposta que não atender as exigências deste instrumento, bem como alterar a especificação da proposta, ou que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexequível com os preços de mercado, ou aquelas que ofertarem alternativas, serão desclassificadas.
- 7 DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"



7.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

7.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- f)- Certificado em nome do licitante, de participação/capacitação em cursos de Maestro ou Regente de Banda Marcial (para dar aulas a banda marcial), ou Contrato de trabalho ou Carteira de Trabalho de músico contratado para exercer tal função.
- g) Declaração de que conhece e aceita o teor completo do edital, ressalvando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação, (**Modelo ANEXO III**);
- h) Declaração relativa ao trabalho de menores, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99), (**Modelo ANEXO IV**);
- i) Declaração de fatos impeditivos, (Modelo ANEXO V).
- 7.1.1.1- Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste **subitem 7.1.1** não precisarão constar no Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

7.1.2- REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;



- c) Certidão Negativa de Débito junto ao **Município** (sede do licitante);
- d) Certidão Conjunta de regularidade perante a Fazenda Nacional (Receita Federal do Brasil) e a Dívida Ativa da União (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional).
- e) Certidão Negativa de Débito **Trabalhista**.
- f) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual;

7.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social ou documento equivalente.

7.1.4 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 7.1.4.1- Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 7.1.4.2- Quando o licitante apresentar certidão extraída por meio da internet, a Comissão poderá efetuar consulta no site correspondente, para verificação da autenticidade.

8 - DO TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

8.1 - NA HABILITAÇÃO:

- 8.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período (a critério da administração pública), contados a partir da declaração do vencedor do certame pela Administração, às microempresas e empresas de pequeno porte para o saneamento na documentação fiscal exigida, conforme Art.43 §1º da Lei 147 de 07 de agosto de 2014.
- 8.1.3 A declaração do vencedor de que trata o subitem anterior acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 8.1.4 A prorrogação do prazo previsto no item 8.1.1 deverá ser concedida pela administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados.
- 8.1.5 A não-regulamentação da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de



classificação, ou revogar a licitação.

8.1.6- Deverá ser apresentado pelo licitante declaração expressa que o preço proposto compreende todos os encargos e impostos, bem como os custos para a execução total dos serviços.

8.2 - NO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

- 8.2.1 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 8.2.1.1- Entende-se como empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.2.2 A preferência de que trata este item será concedida da seguinte forma:
- I ocorrendo empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
- II na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 9.1 No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 9.2 Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão a Pregoeira a **Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação**, de acordo com o estabelecido no **Anexo II** ao Edital e em envelopes separados a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 9.2.1 Iniciada a abertura do primeiro envelope de proposta, estará encerrado o credenciamento e, por conseqüência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 9.3 A análise das propostas pela Pregoeira visará ao atendimento dos requisitos estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;



- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
- 9.3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se as correções no caso de eventuais erros, tornado-se corno corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 9.3.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 9.4 As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances com observância dos seguintes critérios:
- a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) **não havendo pelo menos 3 (três) preços** na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, **até o máximo de 3 (três)**. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 9.4.1 Para efeito de seleção será considerado o valor **MENOR PREÇO**.
- 9.5 A Pregoeira convidará individualmente as autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 9.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- $9.6\,$ Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores a proposta de menor preço.
- 9.7 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 9.8 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas a último preço ofertado.
- 9.9 A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 9.10 Após a negociação, se houver, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.



- 9.10.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 9.11 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 9.12 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, caso haja aquiescência dos outros licitantes, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
- a) substituição e apresentação de documentos, ou
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 9.12.1 A verificação será certificada pela Pregoeira e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por melo eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 9.12.2 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 9.13 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 9.14 Se a oferta não for aceitável, ou se a Licitante desatender as exigências para a habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subseqüente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10 - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 10.1 No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o **prazo de três dias** para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos na repetição.
- 10.2 A ausência de manifestação de recurso e devidamente **motivado** da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira a Licitante vencedora e o encaminhamento do processo a autoridade competente para a homologação.
- 10.3 Interposto o recurso, o a pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminha-lo devidamente informado a autoridade competente.



- 10.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará a objeto do certame a licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 10.5 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.6 A adjudicação será feita POR MENOR PREÇO.
- 10.7 A homologação da Licitação, caso não haja pedido de recurso, poderá ser feito no mesmo dia da sessão de abertura do pregão.

11 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 11.1 O prazo para prestações dos serviços será de acordo com a planilha de execução elaborada e fornecida pela Secretaria Municipal de Educação ou se houver alguma alteração, esta deverá ser atendida no máximo 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela mesma Secretaria, devidamente autorizada pela autoridade competente.
- 11.2 Os Serviços deverão ser executados conforme demanda, em dias úteis, no município, em local e horários determinado Pela Secretaria Municipal de Educação ou por quem ela Indicar, até 31/12/2017.
- 11.3 Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos Serviços obrigando-se a repor aquele que for executado em desacordo com apresentado na proposta.

12 - DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

- 12.1 Os pagamentos serão mensais e em até 30 dias após a emissão da nota fiscal e serão processados de acordo com a carga horária cumprida mensalmente.
- 12.2 O pagamento será vinculado à apresentação de nota fiscal com anexo de relatório com fotos dos trabalhos realizados, juntamente com folha de freqüência dos alunos que deverão ser aprovados pela Prefeitura de Santa Rita do Pardo/MS, através da Gerente de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
- 12.3 Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em Reais e de conformidade com a alínea "e" do subitem 6.1;
- 12.4 Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;
- 12.5 As Notas Fiscais/Faturas correspondentes, serão discriminativas, constando o número da Nota de Empenho.



13 - DA CONTRATAÇÃO

- 13.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de contrato, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, cuja respectiva minuta constitui o **Anexo VIII** do presente Edital.
- 13.2 A adjudicatária deverá, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer a **Prefeitura de Santa Rita do Pardo/MS** para assinar o termo de contrato (ou para retirar o instrumento equivalente).
- 13.3 Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular ou se recusar a assinar o contrato (ou retirar o instrumento equivalente), serão convocadas as demais licitantes classificadas. Na ordem de classificação.

14 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

14.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta pelo prazo de ate 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7° da Lei federal n° 10 520, de 17 de julho de 2002 e posteriores alterações.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

15.1 - As despesas decorrentes da aquisição do objeto do Pregão (Presencial) nº 0/2017 e subseqüente contrato correrão à conta da Reserva Orçamentária:

Dotação:

1 Prefeitura de Santa Rita do Pardo

02 Poder Executivo

02.10 Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

13.392.0009-2.014 Implementação das Atividades Esportivas e Culturais

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

fonte: 00.01.0000.000000 / ficha: 055

16 - DOCUMENTOS INTEGRANTES

16.1 - Integram o presente Edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

Anexo I – Modelo Proposta de Preços

Anexo II - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; (DEVE CONSTAR FORA DOS ENVELOPES);

Anexo III - Modelo de Declaração de Teor completo do Edital;



Anexo IV - Modelo de Declaração de Atendimento ao Disposto no Artigo 7°, Inciso XXXII<u>.</u> da constituição federal;

Anexo V – Modelo de Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração; XXXIII, da Constituição Federal);

Anexo VI - Modelo de Termo de Credenciamento (DEVE CONSTAR FORA DOS ENVELOPES);

Anexo VII - Minuta de Contrato.

Anexo VIII - Termo de Referência

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.2 Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pela Pregoeira e pelos licitantes presentes.
- 17.2.1- As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 17.3 Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pela Pregoeira e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 17.4 Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul.
- 17.5 Os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais licitantes ficarão a disposição para retirada no Paço Municipal, Sala das Licitações, após a celebração do contrato.
- 17.6 **Até 2 (dois) dias úteis** anteriores a data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 16.7 A petição será dirigida a autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil, anterior a data fixada para recebimento das propostas.
- 17.8 Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 17.9 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira.



17.10- Os interessados em participar do presente Pregão, deverão retirar o referido Edital junto ao Núcleo de Licitações e Contratos.

17.11- Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul.

Santa Rita do Pardo/MS, 31 de janeiro de 2020.

MAIANY SANTOS DA SILVA Pregoeira Oficial Município de Santa Rita do Pardo/MS



ANEXO – II	

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Abaixo consta modelo para apresentação da Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Referência: Prefeitura do Município de SANTA RITA DO PARDO/MS Pregão Presencial nº 004/2020
, inscrita no CNPJ/MF n°, por intermédio de ser representante legal, o(a) Sr(a), portador(a) do documento de identidade RG n°, emitido pela SSP/, e do CPF n°, DECLARA, sob as penas da lei, nos termos do artigo 4°, inciso VII, da Lei n.º 10.520/2002, que cumpro plenamente os requisitos de habilitação para o Pregão acima mencionado.
Localidade/Data (), de de 2020

OBS. Esta declaração deverá ser entregue a Pregoeira, após a abertura da sessão, entes e separadamente dos envelopes (Proposta de Preços e documentos de habilitação) exigidos nesta licitação.

Nome do Representante Legal Função



ANEXO - III

Referência:

Prefeitura do Município de SANTA RITA DO PARDO(MS) **Pregão Presencial nº 004/2020**

MODELO DE DECLARAÇÃO TER DO EDITAL

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA), CNPJ n
as penas da lei, de que conhece e aceita o teor completo do edital, ressalvando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação.
Local e data
(nome e assinatura do responsável pela proponente em papel timbrado da empresa)

OBS.: Esta Declaração deverá ser inserida no envelope de Documentos de Habilitação.



Referência:

PREFEITURA DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1125 CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

ANEXO - IV	

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Abaixo consta modelo para apresentação da Declaração de Atendimento ao disposto no artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal. A declaração deverá ser entregue em papel timbrado do licitante, com assinatura de seu representante legal. Em caso de necessidade, deve ser feita a ressalva relativa ao emprego de aprendiz; se não for o caso, esta ressalva não deve constar da declaração.

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Nome do Representante Legal Função

OBS.: Esta Declaração deverá ser inserida no envelope de Documentos de Habilitação.



NEXO -	V	

Referência:
Prefeitura do Município de SANTA RITA DO PARDO/MS
Pregão Presencial nº 004/2020

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

NOME DA EMPRESAsediada (endereço completo), declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, modalidade <i>Pregão Presencial nº 004/2020</i> , realizado pela Prefeitura de Santa Rita do Pardo- MS, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Local e Data
Nome e Número da Identidade do declarante
de 2020.
Empresa

OBS.: Esta Declaração deverá ser inserida no envelope de Documentos de Habilitação.



ANEAU - VI	AN	EXO	- 1	VI
------------	----	-----	-----	----

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Abaixo consta modelo para apresentação de Termo de Credenciamento. O Termo deverá ser entregue em papel timbrado do licitante, com assinatura de seu outorgante, de acordo com o estabelecido no item 5 do Edital.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a empresa, inscrita	
CNPJ/MF n°, com sede à, representada neste ato por seu (identificar qualificação do outorgante) o(a) Sr(a)	no
(identificar qualificação do outorgante), o(a) Sr(a), portador(a) documento de identidade RG n°, emitido pela SSP/, e do (n°, nomeia e constitui eu bastante Procurador o(a) Sr(a), portador(a) do documento de identidade RG n°, emitido pela SSP/, e do (n°, nomeia e constitui eu bastante Procurador o(a) Sr(a), portador(a) do documento de identidade RG n°, emitido pela SSP/, e do (n°, n°, n°	do
documento de identidade RG nº, portador(a)	OD PF
nomeia e constitui eu bastante Procurador o(a) Sr(a)	J1 1
portador(a) do documento de identidade RG nº, emitido pela SSP/, e	,
1 coeffetti ii VV4/2V2V (IIIE IEM DOT Objeto a galagga da	
resident de chibicsa Dala (lishoninilizar um monitor menter	
The second to th	
and trumely de Salita (10 Pardo/MS em conformidadas asses 1 11	
The state of the s	
nº 004/2020, com poderes para tomar, em nome da Outorgante, qualquer decisão dura todas as fases do PREGÃO, inclusive:	nte
todas as fases do FREGAO, inclusive:	
a) apresentar a declaração de que a empresa cumpre as exigências contidas no Edit	-
em seus Anexos;	al e
b) entregar os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação habilitação:	.1
	de
c) formular lances ou ofertas verbalmente;	
d) negociar com a Pregoeira a redução dos preços ofertados:	
e) desistir expressamente da intenção de interpor requires administrativos	da
patrica ou, se foi o caso, manifestar-se imediata e motivadamente sobre	e a
mioniquo de 1aze-10,	c u
f) assinar a ata da sessão;	
g) prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Pregoeira e;	
h) praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.	
A presente Procuração é válida até o dia de de de	
LOCALIDADE (), de de 20	
News. 1. Co. 20	120
Nome do Outorgante	
Qualificação do Outorgante	

(FIRMA RECONHECIDA)



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO O presente Termo de Referência trata da contratação de empresa com profissional qualificado, para ministrar aulas de música ao Projeto Cultural, aulas para participantes do Projeto Fanfarra – do município de Santa Rita do Pardo/MS, segue abaixo especificações:

1.1. QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	UNID	QUANTIDADE	CARACTERISTICAS E ESPECIFICAÇÕES
01	MÊS	- 10	Regência fanfarra, banda de sopro e formação de corpo coreográfico carga horária: 16 horas semanais, duração do projeto: 10 meses. • Contratação de empresa com profissional qualificado para ministrar aulas ao Projeto Cultural/fanfarra, com 04 (quatro) aulas semanais de no mínimo 02 (duas) horas por aula, sendo 02 (duas) aulas no período matutino e 02 (duas) aulas no período vespertino, ocorrerão 02 (duas) vezes por semana, totalizando 16 (dezesseis) horas semanais conforme cronograma da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Lazer.

- 1.2. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS A estimativa de custos e preços máximos a serem praticados serão obtidos através de ampla pesquisa de mercado, a ser efetuada pelo Setor de Compras da Prefeitura deste município.
- 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO Justifica-se a necessidade desta contratação, ressaltamos que esses projetos vêm reforçando outros trabalhos e ações que já estão em andamento em nosso município, e têm demostrado que a Arte da Música contribui para a criação de relacionamento sociocultural de nossos estudantes e bom relacionamento entre comunidades e a Escola.
 - 2.1. O projeto será desenvolvido em parceria com a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habilitação, visando atender um público alvo de criança e adolescentes, de 06 a 18 anos de idade, matriculados nas escolas públicas e inseridas nos programas sociais como: Serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, do município de Santa Rita do Pardo/MS.
 - 2.2. Levando em conta a realidade sociocultural dos alunos, busca-se desenvolver uma comunicação eficaz, na qual o trabalho de educação musical seja um meio de enriquecimento pessoal e coletivo, uma forma prazerosa de desenvolver habilidades e técnicas, possibilitando a transmissão de simbologias, sensações, afetividades, prazeres e crenças. Para que esta metodologia encontre ressonância, precisam ser observadas as diferenças individuais, oportunizando a todos o acesso às atividades musicais, motivo pelo qual há nesse projeto a opção por grupos pequenos, sendo possível um maior envolvimento dos sujeitos.
 - 2.3. Acreditamos que com a inserção da Música no cotidiano de nossa comunidade poderemos ocupar de forma prazerosa o tempo ocioso de nossas crianças e adolescentes, contribuindo assim para a formação integral de nossos discentes.

40



- 3. AVALIAÇÃO DE CUSTOS Conforme exigência legal, art. 40, parágrafo 2ª, II, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. O setor de compras do Município irá realizar as pesquisas de preços de mercado e estimativas de custos junto a 03 (três) empresas do ramo.
- 4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO O critério de julgamento será o de menor valor por lote, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 5. GESTOR DO CONTRATO: O Gestor do contrato será a Sra. Kátia Cristina da Silva, Secretária de Educação, Cultura Esporte e Lazer, o qual controla todo o processo de execução dos serviços, referido nesse processo.
- 6. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA O desembolso se fará mediante a rubrica da dotação orçamentária nº:
 - 02.10 Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. 13.392.0009.2.014 IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS 3.3.90.39.00 ficha 055 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica.
- 7. RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO A Supervisão será exercida pela CONTRATANTE, através de servidor designado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sra. Adriana Pereira de Souza Oliveira ou seus suplentes Iris Mendes de Freitas e Cleudelice Ferreira de Freitas Patussi, que atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação de serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à contratada, conforme:
 - provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços Prestados conforme especificados, sendo feito imediatamente na prestação do serviço.
 - definitivamente, após a verificação da qualidade dos serviços prestados e consequente aceitação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
 - 7.1. O Município reserva-se o direito de cancelar os serviços, sem nenhum custo mediando sua solicitação escrita por oficio ou email em caso de atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93.

8. CRITÉRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1. Os serviços deverão ser prestados de acordo com o cronograma da Secretaria Municipal de educação, Cultura e Esportes.
- 8.2. Os materiais e o espaço para as aulas serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, bem como a responsabilidade com as inscrições para as aulas
- 8.3. Estar disponível para execução imediata após a comunicação formal desta PREFEITURA, sendo que os serviços serão executados em dias uteis, hora e locais que serão estabelecidos pela secretaria Municipal de Educação deste Município, podendo haver alterações dos mesmos a qualquer hora e momento, desde que haja necessidade e que esteja de comum acordo.

de



8.4. Em caso que o serviço for necessário de mais prazo para ser executado será avaliado por servidores competentes da secretaria responsável.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. A CONTRATADA obriga-se a:
- 9.2. A prestação de serviços, objeto desta licitação, compreende ministrar aulas de música ao Projeto Cultural, ao Projeto fanfarra, a crianças e adolescentes residentes no Município de Santa Rita do Pardo/MS.
- 9.3. Os ensaios serão semanais, em local e horário indicados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.
- 9.4. Projeto Fanfarra ensaios compreendo: aulas de partitura e ensaios, com repertório de cadencia para marcha.
- 9.5. Proporcionar aos alunos atividades que explorem suas possibilidades criativas, visando à sensibilidade, expressão, compreensão e orientação na utilização de diferentes sonoridades.
- 9.6. Oportunizar trabalhos de percepção rítmica e melódica através da expressão corporal e as sensações visual, auditiva e tátil;
- 9.7. Ministrar aulas de instrumentalização contemplando toda a parte teórica, leitura musical, percepção, harmonia técnicas direcionadas ao estudo popular e erudito. Fazer um trabalho de musicalização abrangente para uma formação mais ampla, para que o estudante de música se posicione num contexto maior do que apenas o seu instrumento. Trabalhar os aspectos de interpretação e entrosamento e construir uma base solidificada com o estudo da história da música e suas relações com o contexto atual. Mudanças de estilo, harmonização e rítmica. Dar ênfase a estruturação musical como um todo e suas mais diversas manifestações culturais bem como a música como escolha profissional.
- 9.8. Formar o corpo coreográfico composto por balizas, dançarinas, porta bandeiras e construir estruturas de movimento que representam as mais diversas manifestações culturais proporcionando movimento e cor ao corpo de músicos. Construir uma formação metodológica embasada em sistemas de aprendizado individual e em grupo.
- 9.9. Os equipamentos para o Projeto serão cedidos pela Secretaria Municipal de Educação.
- 9.10. A proponente deverá acompanhar os alunos e a fanfarra nas apresentações e eventos do Município e região, sem ônus ao erário público.
- 9.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, conforme dispõe o art. 71, Parágrafos 1° e 2° da Lei 8.666/93;
- 9.12. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços;
- 9.13. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;
- 9.14. Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra a Prefeitura de Santa Rita do Pardo MS por empregados da Contratada, esta deve comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir a Prefeitura de Santa Rita do Pardo MS no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação. Enfim, avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais e/ou extrajudiciais por sua culpa ou dolo, que possam ser alegadas por terceiros, contra a Prefeitura de Santa Rita do Pardo MS, procedentes da execução contratual;
- 9.15. Comparecer à sede do contratante, sempre que solicitado, por meio do preposto, no prazo de 24 (vinte quatro) horas da convocação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos aos serviços contratados.
- 9.16. Comunicar imediatamente ao Município qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratado.
- 9.17. Executar os serviços contratados somente com prévia autorização do Contratante;
- 9.18. Executar quaisquer serviços não relacionados neste Termo de Referência considerados essenciais ou imprescindíveis ao funcionamento do veículo.
- 9.19. Não utilizar mão-de-obra de terceiros SEM EXPRESSA E PRÉVIA autorização do Contratante, durante a vigência do contrato.





9.20. A PRESTADORA DE SERVIÇOS ficará obrigada a executar os serviços programados no Termo de Referência - Especificações, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da Fiscalização. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas

9.21. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1. Fornecer todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços contratados.
- 10.2. Acompanhar e fiscalizar os serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da contratada.
- 10.3. Efetuar o pagamento a empresa vencedora no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega com a nota fiscal;

11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVICOS

11.1. O prazo de execução do serviço de ministrar aulas de fanfarra, objeto deste processo licitatório é de 10 (dez) meses, podendo ser prorrogada nos termos do Art. 57 da Lei 8.666/93, caso haja interesse da administração, dentro do limite da modalidade a ser contratada.

12. FORMA DE PAGAMENTO

- 12.1. A Nota Fiscal/Fatura Discriminativa deverá ser apresentada, juntamente com o comprovante de prestação do serviço, no seguinte endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 910 Bloca A, Santa Rita do Pardo MS.
- 12.2. O Município de Santa Rita do Pardo MS efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, através de crédito em conta bancária previamente informada, ou mediante pagamento através da Tesouraria Municipal.
- 12.3. O Contratado deverá entregar junto com a Nota Fiscal/Fatura juntamente com o Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal e a Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social; em dia.
- 12.4. O Município, identificando qualquer divergência na nota fiscal, deverá devolvê-la a adjudicatária para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

13. PAGAMENTO DE MULTAS E PENALIDADES

- 13.1. Todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo Município à contratada, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Termo de Referência como de responsabilidade da CONTRATADA e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo Município.
- 13.2. As multas e penalidades previstas neste Termo de Referência não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a contratada da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao MUNICÍPIO por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

14. CONDIÇÕES GERAIS

- 14.1. O Município reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer serviço em desacordo com o previsto no Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.
- 14.2. O objeto da presente dispensa poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.





14.3. Rege-se o objeto deste termo de referência pelos preceitos de direito público, na forma do artigo 54, combinado com inciso XII, do artigo 55, todos da lei Federal nº 8.666/93.

Santa Rita do Pardo - MS, 07 de janeiro de 2020.

Prof.ª Katia Cristina da Silva

Secretaria de Educação, cultura,

Esporte e Lazer

Portaria 203/2018